

# **OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: O AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E A URGÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Daniele Gonçalves Vilela – SEEDUC RJ

[dgv1971@yahoo.com.br](mailto:dgv1971@yahoo.com.br)

No ano de 2020, a pandemia do novo coronavírus (SARS-COV2) acarretou muitas mudanças no sistema educacional brasileiro. O isolamento social fez-se necessário e a convivência e troca de experiências diárias no ambiente escolar cessaram. O trabalho do professor, repentinamente, teve que ser repensado e o currículo escolar, readaptado. O processo ensino-aprendizagem não podia ser interrompido e as atividades escolares não poderiam parar, de forma que o ensino remoto foi implementado nas escolas públicas e particulares de acordo com a necessidade de cada unidade e de cada rede sem uma orientação do MEC. Como ficaram as escolas, professores e alunos nesse novo cenário?

A falta de protagonismo do MEC no comando da educação nacional durante a pandemia acarretou sérios problemas às escolas. No que se refere às escolas particulares, algumas encerraram suas atividades, outras conseguiram se adaptar ao ensino remoto emergencial e dar prosseguimento ao processo de aprendizagem. No que diz respeito às escolas públicas, a adaptação ao novo modelo de ensino também variou, a depender da rede e do público a que atendiam.

Diante do cenário de isolamento, as tecnologias da informação e comunicação (TICS) passaram a ser o meio principal de acesso à educação. O que antes era pouco utilizado pelos professores nas salas de aula, tanto pela falta de recursos como pela falta de capacitação, passou a ser a única forma de ensino.

Porém, é importante destacar que esse acesso foi maior nas classes médias e altas, enquanto as camadas populares, em sua maioria, não tiveram

incentivos para acesso a equipamentos e tampouco à internet gratuita. Ou seja, a disparidade de acesso aos meios digitais e, conseqüentemente, às aulas virtuais, é evidente quando comparado o contexto da rede pública frente ao da rede particular.

Diante do exposto, algumas modalidades alternativas de ensino foram rediscutidas, dentre as quais se destacam: a educação à distância (EAD) e o *homeschooling* (ensino domiciliar). Naquela, os alunos são orientados à distância por professores preparados para trabalhar através dos meios tecnológicos com atividades assíncronas e autoinstrucionais; e, nesta, os pais optam pela educação formal domiciliar, assumindo o papel de ensinar seus filhos em casa ou contratando professores particulares para fazê-lo, controlando os conteúdos a serem ministrados.

Ocorre que a EAD é uma modalidade atualmente aprovada no Brasil apenas para o ensino superior e o ensino médio e o *homeschooling* não é uma modalidade aprovada no Brasil por ausência de legislação que viabilize sua prática, apesar de ser defendida por grupos conservadores.

Por esta razão, para atender à urgência que a situação exigia, foi inaugurado o ensino remoto, que não pode ser considerado uma modalidade de ensino, mas uma alternativa de caráter emergencial para replicar a rotina da sala de aula em todas as etapas da educação básica e manter a interação entre professor e aluno, priorizando a comunicação em tempo real.

No entanto, essa situação não se materializou para todos e a ausência das aulas presenciais ocasionou outras questões graves como violência doméstica, alimentação precária no lar, ausência de socialização e abandono escolar (UNICEF, 2020). Além disso, a instituição das atividades remotas buscando amenizar os prejuízos causados pela crise sanitária global que afetou vários campos da vida social, especificamente no que se refere à educação, tornou a desigualdade social mais nítida, tendo em vista que os alunos vivem diferentes realidades, com diversas dificuldades, tanto em escolas públicas quanto em escolas particulares.

Dessa forma, ignoram-se as dificuldades da maioria e privilegiam-se os que já são privilegiados, ratificando impactos sociais inevitáveis e

desconsiderando a função social da escola como corretora da desigualdade social, direito concedido pela Constituição Federal de 1988.

No que se refere à educação pública, há que se destacar que a implantação das aulas remotas precarizou ainda mais a qualidade de seu ensino, pois seu desmonte vem de algum tempo e o interesse dos empresários da educação em comandar todo ramo educacional e formar cidadãos que atuem no mercado de trabalho para atender especificamente às necessidades da acumulação do capital e o enriquecimento da burguesia é o foco da educação que se pretende. Constata-se isso claramente com a reforma do Ensino Médio em 2017, quando “o currículo passa a ser orientado pelas competências e não pelos conteúdos a se ensinar” (RAMOS, 2010, p. 117).

Nesse âmbito, de acordo com Luiz Carlos de Freitas, deve haver resistência por parte dos professores e todos os envolvidos na educação pública para que esta seja qualificada e não privatizada, ou seja, disputada e aprisionada pelos empresários da educação, tendo como ponto central nessa proposta de resistência a gestão pública da escola pública.

Essa reviravolta na educação, provocada pela pandemia, gerou um importante questionamento sobre as práticas tradicionais de ensino utilizadas nas escolas e a necessidade inquestionável da atualização da formação do professor, principalmente no que tange à tecnologia.

Sendo assim, diante desse novo modelo de ensino, os professores necessitariam de uma orientação formativa, bem como da disponibilização de recursos necessários para o desenvolvimento de seu trabalho, mas a urgência na implementação das atividades remotas não permitiu que isso acontecesse. Todos tiveram que se reinventar e buscar novas técnicas e formas de ensinar e aprender. Consequentemente, a saúde física e mental dos envolvidos no processo ficou abalada e muitas questões precisam ser analisadas para entender o efeito que essas novidades no ensino causaram.

Nesse contexto, destaca-se que as licenciaturas não oferecem disciplinas relacionadas ao uso da tecnologia para a educação básica, já que os professores têm sua formação baseada em currículos formulados em uma época em que esses recursos digitais não eram tão necessários. Profissionais

da educação que tenham, portanto, interesse em atuar com esses recursos, devem aprimorar-se em cursos de especialização por iniciativa própria.

Em relação ao apoio do governo federal na oferta de cursos de formação continuada, há alguns anos é oferecido aos professores da educação básica um programa de educação à distância denominado Mídias na Educação. No entanto, apesar da possibilidade de enriquecimento das aulas através dos meios tecnológicos, a adesão ao curso foi inexpressiva.

Diante do exposto, há que se analisar o momento desafiador que a educação no Brasil tem passado devido à pandemia, as complicações que as alterações promovidas no âmbito escolar acarretaram em todos os aspectos da vida dos alunos e dos professores e como a formação destes influenciou o processo ensino-aprendizagem no ano letivo de 2020, e conseqüentemente, no ano de 2021.

Adicionalmente, uma reflexão faz-se necessária a respeito da relevância de políticas públicas voltadas à formação dos profissionais de educação para atender às demandas que a sociedade atual requer, além de maiores investimentos na educação das camadas populares para a construção de uma sociedade inclusiva e menos opressora.

Como diz Lucília Augusto Lino e Maria da Conceição Arruda, a educação pública deve atender a um projeto de país comprometido com a superação das desigualdades socioeconômicas e não submetida aos interesses do grande capital, visando investimentos, gestão pública e currículo não engessado como proposto pela nova BNCC.

## **Referências**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 18, n.4, p. 906-926, out/dez, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de**

**educação.** Educ.Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr/jun, 2012.  
Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 01 abr. 2021.

LINO, L. A.; ARRUDA, M. da C. C. **Retrocessos e contrarreforma educacional: um ensaio sobre exclusão social em tempo de golpes.** Movimento-Revista de educação, v.5, n. 8, p. 7-42, 26 jun. 2018.  
Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/mov.v5i8.446>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições.** 2<sup>o</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2010.

UNICEF. **Education on hold: A generation of children in Latin America and the Caribbean are missing out on schooling because of COVID-19.** Panama, nov. 2020. Disponível em:  
<<https://www.unicef.org/lac/media/18746/file/Education-on-hold-web-0711-1.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2021.